

**UM DIÁLOGO (IM)POSSÍVEL: STENDHAL E O
DR. EDUARDO AUGUSTO MONTANDON.
MEMÓRIA E MICRO-HISTÓRIA EM ARAXÁ, MG**

*Rosa Maria Spinoso de Montandon**

RESUMO

Embasado teoricamente nas reflexões de Halbwachs sobre a memória infantil, o artigo propõe um exercício de leitura e interpretação do fragmento de um diário anônimo de finais do século XIX e princípios do XX. O objetivo é mostrar aos estudantes de história o potencial temático que se pode desprender de um documento aparentemente sem relevância, e os recursos metodológicos necessários para sua análise.

PALAVRAS-CHAVE: memória, micro-história, história de Araxá.

ABSTRACT

Based on Halbwachs's ideas about childhood memories, this article proposes a reading and interpretation of an anonymous diary's fragment written in the last decades of 19th Century and the beginning of 20th Century. The aim is to show young history students both how fruitful can be a document with no apparent relevance and some methodological procedures to approach it.

KEYWORDS: memory, microhistory, Araxá's history.

* Mestre em História Social pela UFU; doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFF. Professora de História da América do UNIARAXÁ (Centro Universitário do Planalto de Araxá-MG).

Nasci em 2 de Dezembro de 1835 ou 1838 na então Villa do Araxá, outrora província de Minas.

Perdi minha mãe antes de 1842. Fui entregue aos cuidados de uma Senhora, que gosava de notável collocação mundana, (sic) da qual não me lembro ter a mínima noção de religião.

Ignoro o tempo que estive em sua casa. Somente me lembro que dei por mim em casa de uma Senhora já matrona, casada com um Sr. Tenreiro, onde era bem tratado. Poucas reminiscências tenho de meo viver nesta casa, sendo entre ellas as que se seguem sem exactidão em sua ordem chronologica (sic):

Lembro-me da revolução de 1842, por assistir do quintal da casa a fileira dos rebeldes no alto da Forca, e também da invasão por eles da Villa e de sua passagem sob fusilaria pela nossa rua, entrincheirando-se na Igreja de Sebastião (sic); lembro-me que em um dos dias seguintes voltando do patio ou quintal, onde andava à cata de ninhos de gallinha, encontrei estendido e morto em uma das salas o Sr. Tenreiro, o qual fora atirado no largo de Sebastião (sic) pelos rebeldes entrincheirados na Igreja, sem que eu ligasse importância ao facto, mas embasbacando-me com o choro e tumulto que observava na casa. Não tenho reminiscência alguma sobre o mais que houve na rebellião, nem quando e de que modo acabou. Lembro-me que já era arteiro, e furtava saquinhos de farinha p^a. carrear em uma miniatura de carrinho, entrando e saltando por uma janella que dava para a rua. Lembro-me que em uma ocasião furtei um cartucho de pólvora de um guarda nacional, filho da senhora, em cuja casa estava, e derramando a pólvora em circulo, ficando no meio cheguei-lhe fogo, de chamuscar-me, e caluniei um companheiro ou pessoa equivalente, talvez p^a. encobrir o furto e este foi reprehendido ou castigado (sic).

Lembro-me que algum tempo depois entrei para uma escola, e que depois fui para Paracatu, onde estive successivamente em duas escolas particulares, nas quaes ignoro o aproveitamento que tivesse (sic). Até esse tempo não me lembro que recebesse lições de catecismo, e apenas me lembro que a Sra. em cuja casa estava me ensinava algumas resas,

supponho que seriam o Padre Nosso, Ave Maria e outras. Lembro-me que servi de anjo em processões (sic). De Paracatu meo Pae levou-me para a Villa dos Couros, que depois tomou o nome de "Formosa da Imperatris" onde frequentei a escola de Fidencio de Sousa Loubo (sic). Lembro-me que neste tempo em que entrei nesta escola mostrava-me inclinado à devoção. Lembro-me de actos indecentes, porque sentia os agulhões da condescendencia (sic) carnal. Julgo que em 1847 ou pouco antes voltei para o Araxá, d'onde segui para o seminário de Campo Bello, regido pelos Padres Lazaristas, sendo superior o Santo Pe. Jerônimo Gonçalves de Macedo, que foi o meu padrinho de Chrisma. Estive neste Seminário cerca de 4 anos e meio, d'onde sahi (sic) definitivamente em 1852. Ahi aprendi religião, praticava seos atos, (sic) mas era...¹

Introdução

Peço a compreensão do leitor para a longa citação que, contudo, considero indispensável por ser o objeto das reflexões que se seguem.

O documento anterior, aparentemente o fragmento de um diário, anônimo e sem título nem data, foi transcrito textualmente e na íntegra. São nove páginas manuscritas com "caneta tinteiro" pelo autor ou "dono" das memórias, ou por alguém incumbido de fazê-lo, numa pequena caderneta de anotações de aspecto comum e absolutamente casual.

Originalmente, o artigo foi pensado unicamente como um exercício para uma oficina de leitura e análise de documentos para os alunos da disciplina História Regional, do curso de licenciatura em História do UNIARAXÁ, (Centro Universitário do Planalto de Araxá), da cidade do mesmo nome, na micro-região do Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil.

¹ Manuscrito pertencente ao acervo de César Augusto Montandon. Araxá, MG.

Seu objetivo visava o desenvolvimento das habilidades na pesquisa histórica, entretanto, pouco a pouco foi ganhando espaço na medida que se descobriam a riqueza das possibilidades temáticas e a complexidade dos recursos metodológicos que é preciso utilizar para a leitura adequada de um documento, ainda que aparentemente sem importância. De forma objetiva e sem longas digressões teóricas, se discutirão três aspectos:

- O documento.
- O autor e suas motivações.
- Os “recortes” ou possibilidades temáticas decorrentes de sua leitura.

O Documento

Em relação ao documento, em princípio se tentou estabelecer a autoria e a época em que foi escrito, porém, antes de tudo, devia-se começar pela revisão dos conceitos de fonte e documento na história, graças à ampliação e abertura de que tem sido objeto e que tem possibilitado atribuir tal estatuto a tudo aquilo que possa proporcionar uma informação adequada e pertinente ao historiador.

Tudo é passível de tornar-se documento, sempre e quando, e na medida em que o historiador seja capaz de lê-lo, interpretá-lo e utilizá-lo adequadamente. Como instrumento de pesquisa, o estatuto documental de alguma coisa irá depender de sua utilidade e do historiador, o que o torna tanto instrumento como objeto de pesquisa. Nesse sentido, tomando como base o fragmento aqui apresentado, e lembrando da metodologia indiciária proposta por Ginzburg², não só o que se encontra escrito, mas o que não

² Cf. GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-182. Inspirado na técnica de Giovanni Morelli para a atribuição das obras de arte, que desloca a atenção das características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, fixando-a nos detalhes aos quais normalmente não se dá atenção, Carlo Ginzburg

é dito nem registrado é significativo para lhe conferir tal estatuto. A ausência de datas, de autoria, ou de referências formais não diminuem sua riqueza, e nem sua confiabilidade para a construção do conhecimento histórico.

Em termos metodológicos, não existem documentos mais ou menos importantes na pesquisa historiográfica. A despeito da simbologia com que alguns deles são revestidos, traduzida em valores materiais, cívicos, ou religiosos, para o historiador, o valor e o grau de importância de um documento não lhe são inerentes, irão depender da utilidade que possam ter para seu tema num determinado momento. Daí que utilidade irá depender de suas habilidades para interrogá-lo e fazê-lo “falar”, para o que, evidentemente, irão contribuir sua bagagem cultural e os subsídios historiográficos e metodológicos de que dispõe. O que não impede que, como já disse anteriormente, e como neste caso, o documento acabe se transformando de instrumento da pesquisa em objeto da mesma.

Nesse sentido, existe um paralelo entre a leitura e interpretação de um documento e a metodologia proposta por Erwin Panofsky para as análises iconográficas. Ele considera qualquer um capaz de penetrar no significado e no conteúdo de uma obra, a partir de sua maior ou menor experiência e equipagem cultural. Entretanto, o mesmo autor reconhece que nem sempre só a experiência pessoal é suficiente para apreender o significado completo de uma obra; há casos em que será imprescindível recorrer a estudos e pesquisas complementares.³ Foi essa uma das estratégias adotadas para melhorar a leitura e interpretação do documento escolhido para este exercício.

Por outro lado, e voltando novamente a ele, aquela riqueza e confiabilidade de que antes se falava não radicam, necessaria-

propõe diminuir o foco das atenções dos elementos mais visíveis de um documento ou história, desviando-os para os detalhes secundários e aparentemente sem importância. Mesmo método usado por Freud, e por Arthur Conan Doyle em seu célebre personagem Sherlock Holmes.

³ PANOFSKY, Erwin. *Estudos de Iconologia*. Lisboa: Estampa, 1986. p. 17-41.

mente, no maior ou menor grau de “verdade” ou realidade histórica transmitida pelo autor em suas memórias, mas no fato de serem testemunho das vivências de um sujeito histórico movido pelos *quadros sociais* dentro dos quais nasceu, cresceu e se desenvolveu. Suas recordações vão além de suas experiências pessoais, por terem sido significadas e instituídas como memória pela sociedade da qual fazia parte.

Numa primeira etapa do exercício, e aplicando a metodologia indiciária para uma análise da estrutura formal do documento – e não das informações explícitas e implícitas, que serão tratadas depois –, foram percebidas algumas “pistas” ou sinais que podem suprir a ausência de dados convencionais, tais como a data do documento e a idade do autor quando o registrou, se bem que sua identidade pôde ser estabelecida numa pesquisa complementar, e pelos procedimentos convencionais antes mencionados. Tão convencionais quanto o podem ser as declarações do seu bisneto, dono do acervo ao qual pertence o documento. Por isso, se deixará para revelá-la mais adiante.

Mas, voltando à possível data ou época em que o documento foi produzido, uma primeira pista é oferecida pela referência do autor à *então Villa de Araxá*, o que indica que quando ele registrou suas memórias Araxá já não o era. Essa informação foi confrontada com o calendário cívico local, que comemora o 19 de novembro como o dia da elevação de Araxá a cidade, fato ocorrido em 1865. Mas, logo imediatamente, outra pista faz adiantar a data do documento até 1889, ano da proclamação da República, ao referir-se o autor a Minas Gerais como *outrora província*, e ao fato de sabermos que as antigas províncias tornaram-se Estados após essa data.

Ainda uma terceira pista é encontrada na referência à *Villa dos Couros, que depois tomou o nome de Formosa da Imperatrix* (sic), que não se procurou seguir por já ter-se estabelecido o ano de 1927, data da morte do autor, como recorte limite dentro do qual poderiam ter sido registradas suas memórias. Outra pista possível estaria no fato do autor referir-se como *revolução de 42*, aos acontecimentos testemunhados por ele naquele ano, o que significa que, para a época em que os registrou, a historiografia,

e, ou, a memória oficial, já os tinha redimensionado, atribuindo-lhes tal conotação.

Nos autos do processo contra os presos acusados de participar nesse movimento, foi possível verificar que, tanto as autoridades como eles mesmos, referiam-se esse acontecimento como *sedição* ou *movimento sedicioso*⁴, e não como revolução. O rótulo revolucionário certamente deveu-se à historiografia oficial do século XX, e aos critérios usados pelos historiadores para a caracterização dos eventos estudados.

Já se mencionou anteriormente que numa pesquisa paralela foi possível identificar o autor das memórias. Ele foi o médico araxaense Eduardo Augusto Montandon, embora tal informação mais do que encerrar ou simplificar o assunto o tenha complicado e conduzido a outros questionamentos, relacionados, justamente, com esse dado: teria sido ele pessoalmente a registrar suas memórias? Foram ditadas e recolhidas por outra pessoa que o fez em seu lugar? Por que? Quais foram os motivos que deflagraram tais memórias e o levaram a querer registrá-las?

Tudo seria facilitado pela comparação da letra deste documento com a de outros escritos de seu punho e letra, o que não viria ao caso para a realização deste exercício, além de não ter sido possível fazê-lo de forma convincente e conclusiva, em função da reduzida documentação manuscrita do autor. A causa parece estar relacionada com uma antiga máquina de escrever que lhe pertenceu, e que hoje faz parte do acervo do museu histórico local⁵ como um dos primeiros modelos que chegaram à cidade. Por isso, e a causa de algumas peculiaridades na escrita, a hipótese de que outra pessoa as tivesse registrado parece ser a mais plausível.

Não seria factível que uma pessoa letrada e devota, como o indica a preocupação demonstrada pelo autor com o ensino reli-

⁴ Os documentos originais encontram-se arquivados e transcritos nos Arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá (FCCB) sob o título "Autos do Processo da Revolução de 1842".

⁵ "Museu Histórico de Araxá Dona Beja". Pça. Coronel Adolfo Nº 2. Araxá, MG. Brasil.

gioso; com passagem por diversos colégios particulares, inclusive, pelo seminário, cometesse erros ou omissões ortográficas elementares como os de referir-se por duas vezes a “Sebastião”, e não a São Sebastião, omitindo o título de santidade do padroeiro titular da Igreja em cuja torre foi *atirado* o marido de sua hospedeira. Ainda que, e a título de informação complementar, ninguém seja obrigado a saber que o Dr. Eduardo também foi professor e fundador de colégios de primeiras letras em Araxá, mestre fundador da Faculdade de Direito de Minas Gerais como titular da cadeira de medicina legal, com longa experiência no jornalismo, inclusive, como fundador de alguns jornais.

Uma resposta para tais erros e omissões poderia estar na idade avançada do autor à época em que registrou suas memórias, mas esse mesmo fato também autorizaria a pensar que por isso mesmo, outra pessoa as poderia ter escrito a seu pedido, enquanto ele as ia ditando e que, por erro, incompetência, ou pelo desejo de registrar fielmente o que ouvia, foram cometidos por essa pessoa. Por outro lado, em se tratando de idosos, podem ser esperados omissões ou erros de grafia, contudo, o manuscrito não apresenta traços trêmulos, rasuras ou correções, não raras quando escritos com caneta tinteiro. A mesma firmeza da escrita não condiz com a de uma pessoa idosa.

Mas uma outra questão se apresenta, agora relacionada com a aparência casual do suporte ou material da caderneta do Dr. Eduardo improvisada em diário. A mesma ausência de dados formais dão a impressão de terem sido iniciadas por um impulso ou entusiasmo repentino, por alguém que se serviu da primeira caderneta que achou, sem preocupação com a aparência e com um planejamento prévio. Da mesma forma impulsiva e abrupta com que parecem ter sido encerradas, mas que não condiz com a sobriedade do autor, patente na seriedade da linguagem e na formalidade dos termos, como os usados para referir-se, por exemplo, à (má) fama de sua hospedeira: *uma Senhora que go-sava de notavel collocação mundana*, ainda que se leve em conta a época, a ortodoxia da linguagem escrita, e o ritual que cercava sua realização.

Tudo parece indicar que alguém, tanto ou mais do que seu dono, interessava-se pelas suas recordações. Alguém interessado em registrá-las, e para quem tais lembranças já tinham adquirido um significado que ia além dos simples devaneios sentimentais ou das evocações *sem exactidão em sua ordem cronológicas* de um velho, e que suspendeu seu registro quando acreditou ter conseguido a informação que se propunha obter.

Assim sendo, depois de interrogar o suporte do documento; estabelecido a autoria das memórias e o período em que foram registradas; e especulado sobre a autoria de seu registro, será possível levar a discussão até o seguinte item.

O Autor e suas motivações

A discussão sobre o segundo objeto não está mais relacionada com a estrutura formal do documento, ou com o objeto material em si, mas com o autor, o sujeito histórico e suas motivações. A informação sobre sua possível identidade e a época em que o documento foi produzido já foram adiantadas, ficando por discutir agora quê ou quem o teria levado a produzi-lo, questões relacionadas com a estrutura da memória e seus elementos constituintes.

Alguns autores opinam que atualmente se estaria vivendo sob o império da memória, tal o espaço ocupado pelo tema na produção historiográfica.⁶ Entretanto, esse interesse seria relativamente recente, dali a necessidade dos historiadores remeterem-se a autores oriundos de outros campos do conhecimento que antes deles já tinham teorizado sobre aspectos da memória, talvez como os tempos e os espaços, seu caráter cognitivo ou afetivo, sua natureza individual ou coletiva, e suas formas voluntária ou involuntária de manifestar-se. Uma memória que, seja como ação, percepção, conhecimento, afeto ou ressentimento, é cons-

⁶ BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

tituída de lembranças e esquecimentos; acionada no presente, mas relacionada ao passado, podendo ser projetada para o futuro por meio de estratégias conscientes ou inconscientes que a movimentam.⁷ Aspectos que se encontram presentes, ainda que não explicitamente, na discussão em torno aos motivos do documento que aqui nos ocupa.

Mas, voltando às questões sobre as motivações que teriam levado o Dr. Eduardo a lembrar-se de sua infância naquele período de sua vida, entre 1889 e 1927; a querer ou permitir o registro de suas memórias; e o motivo da forma abrupta com que parecem ter sido interrompidas, há um tema comum a todas elas: a “Revolução de 1842”.

Tudo indica que tais motivações estavam direcionadas para a Revolução de 1842, o acontecimento histórico que parece ser o cerne dessas memórias. Que a causa das lembranças que o levaram até suas experiências infantis foi transportar e recuperar para o presente, um evento a essas alturas já significado ou dimensionado como “histórico”, caracterizado como “revolução”.

Para os critérios dos memorialistas que estabeleciam os fatos dignos de nota elevando-os à categoria de “históricos”, na época em que as memórias foram registradas, uma revolução devia ser um “prato cheio”. Em tais circunstâncias, para os memorialistas locais, o fato de Araxá ter sido palco de lutas políticas devia ser tudo o que poderiam desejar para a composição de sua história. Principalmente em se tratando de uma pequena cidade do interior, em finais do século XIX ou princípios do XX, onde

⁷ Ver: BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999; HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990; NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Da utilidade e desvantagem da História para a Vida. (1874) In: *Obras Incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lebrun, tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho e posfácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 58-61; SEIXAS, Jacy Alves. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. *História - Questões e Debates*. Curitiba: Editora da UFPR, n° 32, jan./jun. 2000, p. 75-98; da mesma autora, Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: BRESCIANI, Maria Stella; MAGALHÃES, M. B.; SEIXAS, J. A. (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 59-77.

quase nada de relevante ou “histórico” se esperava que tivesse ocorrido. Daí que as lembranças infantis de um cidadão ilustre e de reconhecido prestígio, sobre um fato já dimensionado como histórico, tivessem adquirido o estatuto de “memória” – no sentido que lhe confere Halbwachs –, e portanto, dignas de crédito e merecedoras de registro.

Alguns historiadores opinam que Halbwachs submete a memória a uma verdadeira “ditadura” do social já que para ele, embora o ato de lembrar seja individual, o que confere o estatuto de memória às lembranças são os “quadros sociais” dentro dos quais elas foram produzidas.

A esse respeito, é oportuno justificar o título deste ensaio, e comentar o paralelo histórico entre as memórias infantis do Dr. Eduardo e aquelas relatadas por Stendhal⁸, citadas por Halbwachs no capítulo dedicado à “História vivida a partir da infância” em sua obra “A Memória Coletiva”. Fazendo a ressalva de que o paralelo não tem nada a ver com a qualidade literária dos textos. Limita-se ao teor e ao registro das memórias e não ao estilo ou ao talento para registrá-las. É a análise de experiências históricas parecidas, e não uma análise literária, a causa desse paralelismo.

Aliás, e a bem da verdade, foi essa a passagem inspiradora destas reflexões, e que apontou a possibilidade de aproximar o relato da experiência vivida por duas crianças, uma brasileira e uma francesa, separadas no tempo por mais de meio século, e no espaço por milhares de quilômetros e um oceano de distância. Uma nascida na Europa, em finais do século XVIII; a outra nascida na América do Sul, no interior das Minas Gerais, na primeira

⁸ Pseudônimo do escritor francês Marie Henry Beyle (1783-1842), autor de “O Vermelho e o Negro” e “A Cartuxa de Parma”, duas das obras-primas da literatura francesa. Embora produzida em pleno Romantismo, sua obra é isenta de sentimentalismo e grandiloquência, típicos desse período. Produziu também dois romances inacabados, dois volumes de contos, novelas, memórias, narrativas autobiográficas e alguns dos personagens mais marcantes da literatura, cujo melhor exemplo é Julien Sorel. Ver: STENDHAL. *O Vermelho e o Negro*. Tradução de Souza Júnior e Casemiro Fernandes. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

metade do século XIX. As duas vivendo experiências similares. Similares, mas não iguais.

Não iguais porque, *não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória*, diz o Halbwachs, passando a relatar a rebelião popular presenciada por Stendhal quando criança, desde a galeria da casa onde morava seu avô. Rebelião que mais tarde foi caracterizada pela historiografia francesa como “O dia das Telhas” e que explodiu no começo da “Revolução de Grenoble”.

Tanto o Dr. Eduardo no Brasil, como Stendhal na França, presenciaram acontecimentos que depois foram significados e redimensionados como históricos, embora eles mesmos não atentassem para sua importância – nem poderiam –, no momento em que os presenciaram. A dimensão histórica que cada um deles passou a conferir aos fatos, carentes de interesse e significado quando os vivenciaram na infância, foi desenvolvida na medida em que foi ocorrendo sua significação dentro daqueles quadros sociais em que se moviam, e na medida em que foram apreendidos pela historiografia, caracterizados como relevantes.

(...) *Não tenho reminiscência alguma sobre o mais que houve na rebelião, nem quando ou de que modo acabou (...)*, diz o Dr. Eduardo sobre a situação vivida em Araxá, ao que Halbwachs parece responder, justificando os motivos pelos quais ficou presa na memória infantil, ainda que se referisse à situação vivida por Stendhal:

*ele deve ter ouvido com freqüência a narração, mais tarde, sobre tudo quando esse motim apareceu como o início de um período político muito agitado e de importância decisiva. (...) Teria ele todavia conservado a lembrança se ela não se situasse como um dia das telhas, num quadro de preocupações, que devem ter surgido nele neste período e pelas quais já entrava numa corrente de pensamento coletivo mais amplo?*⁹

⁹ HALBWACHS, M., op. cit., p. 63.

Assim, voltando aos acontecimentos brasileiros e à Revolução de 1842, é precisamente sua caracterização como tal o que parece ter sido a causa principal que detonou no médico araxaense tais lembranças e, principalmente, a direção que elas tomariam na hora do registro, já que esse é o marco referencial de fatos tão pessoais e significativos como a perda de sua mãe. *Perdi minha mãe antes de 1842*, diz logo nas primeiras linhas, para explicar os motivos que o levaram a morar na casa de um dos protagonistas do principal fato que lhe interessava recordar e referir.

A omissão do próprio nome, do nome dos pais, ou de referências aos outros membros de sua família reforçam essa impressão, já que, certamente, eram desnecessários para o assunto que realmente interessava: a “Revolução de 42”¹⁰. Não aconteceu o mesmo com o nome do soldado da Guarda Nacional, o Sr. Tenreiro, marido de sua hospedeira, e elevado à categoria de protagonista por ter sido morto durante a rebelião. Foi precisamente seu velório a causa das impressões mais fortes em suas memórias.

Foi o tumulto provocado na casa pela sua morte, e não a invasão da vila ou a passagem dos rebeldes sob fuzilaria que o deixara “embasbacado”. A luta que se travava lá fora estava além de seu mundo particular, vivido entre travessuras e jogos. Foi a morte de Tenreiro que o aproximou dela. Com essa morte, a “revolução” forçou sua entrada até o universo infantil, limitado, até então, ao tamanho do quintal onde brincava de catar ninhos de galinhas. E, novamente, deixemos a Halbwachs os esclarecimentos:

*(...) Em todo caso, ainda que ignorasse que aquele dia teria seu lugar na história (...), pelo menos, a animação inusitada das ruas, os gestos e os comentários (...) bastariam para que ele compreendesse que o acontecimento ultrapassava o círculo de sua família ou de seu quartirão.*¹¹

¹⁰ Pelo visto, os únicos que mereceram nome e sobrenome completo foram os padres dos colégios e do seminário onde estudou.

¹¹ HALBWACHS, M., op. cit., p. 63.

Daí que, após ter processado sua significação como históricos, surgisse no Dr. Eduardo a necessidade de registrá-los, sob a garantia de sua palavra. A data de seu nascimento, ainda que imprecisa, jogada de chofre logo na primeira linha, parece estar ali para garantir ao leitor que os acontecimentos relatados foram realmente vividos por ele quando já contava com idade suficiente para lembrá-los fielmente, ainda que sem atentar para seu “real” significado, somente sancionado depois pela memória social e a historiografia.

Para qualquer que fosse a destinação das lembranças do Dr. Eduardo, tudo indica que sua importância radicava unicamente no fato de serem elas testemunhos da Revolução. Já que, como se pode perceber no documento, essa corrente de memórias foi suspensa, voluntária ou involuntariamente, quando elas enveredaram para o cotidiano, ou para as particularidades e detalhes pessoais, tais como: os jogos: *furtava saquinhos de farinha para carrear em uma miniatura de carrinho*; as travessuras: *lembro-me que já era artilheiro (...) furtei um cartucho de pólvora (...) e derramando a pólvora em círculo, ficando no meio cheguei-lhe fogo e de chamuscar-me...;* e as culpas infantis: *caluniei um companheiro ou pessoa equivalente, tal vez para encobrir o furto e esta foi repreendida ou castigada*; a educação: *depois fui para Paracatu, onde estive sucessivamente em duas escolas...;* a devoção: *lembro-me que servi de anjo em procissões...* Temas de certo irrelevantes para os nobres fins da história, aos quais as memórias pareciam destinadas. Além de inoportunos pelo risco de trazerem à tona detalhes da vida particular de um cidadão ilustre, acima de qualquer suspeita. Aliás, não deixa de ser significativo esse corte nas possíveis lembranças inconvenientes que revelariam as humanas debilidades de seu autor: *lembro-me de atos indecentes, porque sentia os agulhões da concupiscência carnal...*

A preocupação demonstrada com o ensino religioso, ou melhor, com a falta dele durante a infância, combinavam melhor com os títulos de “tronco glorioso” e pai “de rebentos vigorosos” como ele e seus filhos eram chamados por um jornal da vizinha cidade

de Uberaba, em 1915.¹² Preocupações que, de certo, prenunciavam a intensa religiosidade desenvolvida na idade adulta, e que o levaram a fundar diversas irmandades e associações religiosas na sua cidade e na região.

Pesquisas complementares indicaram a possibilidade de que o interesse pelas suas memórias sobre a Revolução de 1842 estivesse diretamente relacionado com a elaboração, em 1914, de uma “História de Araxá” cujos capítulos passaram a ser publicados semanalmente no “Correio de Araxá”, jornal fundado no ano anterior por ele e seus filhos.

De acordo com Clodió Cardoso e Sebastião de Afonseca e Silva, autores da obra, teria sido o Dr. Eduardo uma de suas fontes principais, conferindo-lhe veracidade e legitimidade com o peso de sua memória e de sua idade.

Naqueles momentos, justificavam a História de Araxá pelo seu ineditismo e por ser absolutamente “necessária ao município” que, até então somente tinha recebido atenção numa pequena obra escrita no século XIX pelo historiador Octaviano de Toledo. De tal forma que sua publicação tenderia uma ponte entre os araxaenses e seu passado; um passado capaz de proporcionar-lhes os elementos necessários para o fortalecimento de sua identidade, num momento em que a cidade atravessava “momentos difíceis”.¹³ E é a partir desses momentos que se podem identificar alguns dos temas paralelos ou “recortes” temáticos que se desprendem do documento.

Os “recortes temáticos”

Como já foi visto, não há dúvida de que os dois temas nucleares que se desprendem da leitura inicial do documento são a Revolução de 1842 e a biografia de seu autor. No entanto, sua

¹² Gazeta do Triângulo. Uberaba, MG. 7 de fev. de 1915. In: MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de. *Dona Beja. Desvendando o mito*. Uberlândia: EDUFU, (no prelo) p. 76-80.

¹³ *Ibidem*.

potencialidade é muito mais ampla; suas possibilidades temáticas explícitas e implícitas, ainda que se trate de situações locais específicas, podem levar a discussão para além das perspectivas micro-históricas, ou da história local e regional.

O primeiro desses recortes temáticos, aquele em função do qual o documento parece ter sido gerado, é o capítulo local da já mencionada Revolução de 1842. Foi esse um movimento armado contra as reformas constitucionais introduzidas pelo gabinete conservador de D. Pedro II, logo após ele ter sido empossado imperador pelos liberais que tinham antecipado sua maioria. Tais reformas implicavam em sérias limitações à autonomia dos municípios, assento do poder das oligarquias rurais, motivo pelo qual o movimento contou com a adesão de boa parte dos municípios de São Paulo e Minas Gerais, províncias sobre as quais descansava a economia do império.

Em Minas Gerais, o movimento foi liderado por Teófilo Otoni e por Jose Feliciano Pinto Coelho, este, declarado presidente da província pelos rebeldes. No município de Araxá contaram com um decidido apoio dos elementos das Guardas Nacionais, cujas altas patentes provinham das mais importantes famílias proprietárias da região. Eram, ao mesmo tempo, os donos da terra, os dirigentes militares, e os líderes políticos, titulares em seus respectivos distritos, cujo poder e autonomia ficariam limitados pelas novas leis.

Os arquivos locais conservam exemplares da “proclama”, que os rebeldes fizeram distribuir na região conclamando o povo a aderir ao movimento. Nele invocavam a defesa da Religião, da Pátria, da Constituição, do Imperador, como justificativa para a derrubada do *Código do Processo*.¹⁴

¹⁴ *Arachanos. Uma olygarquia tirana, e furiosa tem em coação o nosso Adorado Monarca e Sr. D. Pedro Segundo e tendo por sua influênciã arrancado de uma degenerada maioria da Assembléia Geral Leis de sangue pretende com ellas a seu bel prazer escravisar-nos: as diversas Câmaras que contra essas monstruosas leis representarão, forão suspensas, e processados os seus membros; foi enfim reputado crime o uso do Direito de Petição e representação que nos garante (...) a Constituição do Império!!!. A Assembléia Provincial de São Paulo envia ao Trono*

Em torno dessa revolução, em Araxá foram geradas diversas histórias paralelas que passaram a reforçar os mitos fundadores da versão oficial de sua História; aquela publicada no jornal em 1914. Uma delas teria sido a suposta participação de Anna Jacintha de São José, “Dona Beja”, como “ Heroína da Revolução de 42”, título que lhe foi adjudicado por um jornal de Paracatu, na década de 1940.¹⁵ Outra dessas histórias refere às supostas pretensões de seu líder, o Tenente Comandante Superior Fortunato Jose da Silva Botelho, de estabelecer uma república independente no “Sertão da Farinha Podre”, nome que se dava então à região atualmente denominada “Triângulo Mineiro”. Uma terceira diz respeito à tentativa de Fortunato de obter um título de nobreza, o qual lhe teria sido negado por Dom Pedro II ao interar-se de suas pretensões republicanas e separatistas.

Se reais, tais histórias fariam de Fortunato um dos precursores do movimento separatista pela criação do Estado do Triângulo, ainda que não fosse essa a intenção dos autores da História de Araxá, onde ficaram registradas. Naquele momento, o movimento separatista vivia um dos “surto” que se tornaram recorrentes ao longo do século XX. Mais adiante se aponta este tema como outra das possibilidades ou recortes temáticos derivados, ainda que não explicitamente, do documento que aqui se comenta.

Entretanto, nada de conclusivo se pode apurar em torno às histórias sobre Fortunato. Tudo indica que, na época em que entraram em circulação, funcionaram como parte de uma estratégia

uma mensagem, o governo lhe nega a Audiência do Monarca e os enviados são cobertos de insultos e injúrias!!! Que mais nos resta? Que partido a tomar? Reunamo-nos aos bons mineiros que com o Exmo. José Feliciano nosso Presidente interino corajosos marcham a esmagar a cabeça da hidra, que entre nós se levanta, e restituir o Imperador, a liberdade, e o pleno gozo dos seus Direitos Magestáticos, para como Pai comum poder ouvir os gemidos e remediar os males dos seus filhos. A Religião, a Pátria, a Constituição e o Imperador exigem nossos braços: eia mostremos que somos brasileiros. Viva a Nossa Santa Religião, Viva a Soberana Nação Brasileira, Viva a Constituição, Viva o Imperador o Sr. D. Pedro II, Viva o Exmo. Presidente Interino Jose Feliciano Pinto Coelho, Abaixo a Olygarquia, e as reformas do Código do Processo! Arquivos da FCCB de Araxá.

¹⁵ Ver: MONTANDON, R. M. S. de, op. cit., p. 20-43.

para “demonizá-lo”, e como contraponto da ação higienizadora em favor de Dona Beja na construção do mito que se tornou símbolo da cidade. Essa tarefa pode ser creditada aos mesmos autores da versão oficial e jornalística da história de Araxá, produzida em 1914.¹⁶

Deve-se considerar que, como se verá mais adiante, o Dr. Eduardo, autor das memórias em que se baseava a História e dono do jornal onde se publicava, tinha sido um monarquista, para quem, atribuir idéias republicanas a Fortunato devia soar mais como uma acusação do que como um mérito.

Da História das Mulheres a uma Biografia “possível” em Araxá

Um outro recorte temático pode surgir daquele estatuto de heroína que se lhe deu a Dona Beja nessa chamada Revolução de 42: o tema das mulheres, já que se heróis houve nesse episódio da História de Araxá esse título caberia melhor a elas.

A lista poderia ser encabeçada por Josefa Maria Roquete Franco Carneiro de Mendonça que, em 1844 ainda se encontrava presa acusada de ser uma das líderes locais, embora não estivesse só. Enquanto os principais líderes recebiam o indulto do imperador, também continuavam presas Thomazia Neto Carneiro, Maria J. Emerenciana Neto Carneiro, Silveria Maria de Jesus “mulher de Benedito Quirino”, Rita M. de Jesus “mulher de Silvestre Quirino”, Maria do Carmo, “mulher de José Quirino”, Francisca Mendes dos Santos “viúva”, e Anna de Tal, “mulher de Elias Paz”, acusadas de participação pessoal ou de seus maridos em tal movimento.¹⁷

A evidência documental dessas mulheres num movimento caracterizado na historiografia como revolucionário, assim como

¹⁶ MONTANDON, R. M. S. de, op. cit.

¹⁷ Ibidem, p. 33.

seu anonimato historiográfico poderia levar as pesquisas para temáticas que contemplassem a História das Mulheres e as Relações de Gênero. Através das mulheres da revolução, assim como através da obscura mãe do Dr. Eduardo e de sua hospedeira seria possível discutir o real papel desempenhado pelas mulheres dentro e fora do universo doméstico, numa sociedade patriarcal, escravista, e de bases econômicas eminentemente pecuaristas. Seria possível redimensionar sua suposta passividade e a ausência de representatividade nos acontecimentos e espaços públicos e privados; mesmos espaços onde, e principalmente quando eram pobres, se consideravam apenas em sua condição de casadas, quando eram registradas como “mulher de”, propriedade de seus maridos, eles sim possuidores de nome e sobrenome.

No caso de Josefa, tal revisão historiográfica estaria reforçada pelos próprios documentos e pelos argumentos da acusação, uma vez que, segundo eles, teria agido sozinha e sem a presença do marido, que ficou isento de responsabilidades. Eles indicam que João Jose Carneiro de Mendonça se encontrava ausente de Araxá desde o ano anterior, quando se transferira para a província do Rio de Janeiro onde tinha comprado uma fazenda. Os acusadores apontavam a Josefa e a seu filho Joaquim Carneiro de Mendonça, como agentes locais de seu genro, Antônio Paulino Limpo de Abreu, um dos principais líderes da revolta em Minas Gerais, nomeado mais tarde Visconde de Abaeté e presidente da província.

Outro tema decorrente do documento analisado seria a própria biografia do autor, cuja história, como a da própria cidade, assemelha-se a uma dessas tradicionais colchas de “crochê” representativas do artesanato local. Ao final, resultam da união de pequenos quadros cujos próprios desenhos iniciam outro, que continua no quadro seguinte, e assim sucessivamente, compondo a densa malha familiar que constitui a sociedade araxaense. O Dr. Eduardo representa uma síntese dessa sociedade que o vem lembrando e sancionando segundo suas fórmulas convencionais como: “filho da terra”, sólida educação e intensa religiosidade; marido “exemplar”, casado com moça da região “de família conhecida”; pai “devo-

tado” de numerosa prole; ilustre político, e “veneranda” velhice. Sua “brilhante” trajetória, encerrada com a morte, encontra-se assinada no endereço de seu túmulo na “avenida principal” do Cemitério das Paineiras, lugar de memória onde repousam seus restos mortais, em sua cidade natal, Araxá, MG. Brasil.

Numa “possível” biografia teria que constar que o Dr. Eduardo Augusto Montandon foi o mais novo dos cinco filhos havidos da “união consensual” entre o imigrante suíço Frederico Augusto Montandon e a brasileira Claudina Maria de Jesus.

Deveria constar que nada se sabe da vida de seu pai, a não ser o que informa o livro genealógico da família,¹⁸ onde consta ter nascido em Le Locle e pertencido à 13ª geração de umas das mais antigas famílias “neuchâteloises”, fundadoras do Cantão de Neuchatel. No quesito profissão aparece a relojoaria, ofício de família que, certamente, deve ter continuado exercendo logo após sua chegada ao Brasil, por volta de 1821, ano em que se radicou em São João del Rei. De acordo com os registros familiares, ali nasceram seus filhos Frederico Augusto, Florianne e Lucie.

Mais tarde teria se dedicado ao comércio de gado; atividade que o teria levado até o Sertão da Farinha Podre, uma região que despontava como importante produtora e fornecedora de carne, radicando-se em Araxá em princípios da década de 1830, onde nasceram seus filhos mais novos: Cândida e Eduardo Augusto.

Confirmando a metáfora da colcha de crochê, Claudina e Frederico foram vizinhos de Dona Beja, segundo consta em um documento datado em 1834. Nele, Frederico solicitou a intervenção da Câmara Municipal para solucionar o problema provocado pelo estreitamento do beco em que moravam, justo em frente às propriedades recém adquiridas pela sua vizinha e personagem mais ilustre da vila.¹⁹

Tudo indica que a partir de então surgiu uma estreita amizade entre as famílias, que foi sendo reforçada pelo parentesco decor-

¹⁸ MONTANDON, F. J. *Les Montandon*. Genève, 1913, p. 190-192.

¹⁹ Atas da Câmara Municipal. Livro Nº 1, 1833. In: MONTANDON, R. M. S. de, op. cit., p. 33.

rente do casamento entre seus membros. No próprio “currículo” do Dr. Eduardo consta ter sido médico da famosa “cortesã”, cujo mito ajudou a construir ao alimentar com suas memórias a história de sua cidade. Mesma história à qual, como já se viu, ela foi incorporada na condição de heroína e defensora da integridade territorial de sua província. Em tal versão, em 1816, ela teria sido a responsável pela re-incorporação do “Sertão da Farinha Podre”, hoje região do Triângulo Mineiro, a Minas Gerais, de onde tinha sido arrancada a meados do século XVIII²⁰, quando foi incorporada à vizinha Capitania de Goiás.

Se de Frederico pouco se sabe, de Claudina sabe-se ainda menos. A tradição familiar, que fez questão de perpetuar o sobrenome de Frederico e o “Augusto” de seu nome em seus descendentes masculinos e femininos, dela nada guardou, a não ser uma história segundo a qual teria sido “uma mulher que andava com os tropeiros”. Talvez fosse por isso que não existiram outras Claudinas que tornaram seu nome um nome de família. Como também é possível que fossem nessas condições que Frederico a tivesse conhecido e tornado sua companheira durante as andanças pela região como negociante de gado.

Embora tenha gerado uma enorme família, como tantas genéricas Marias que carregavam sua “cruz” junto com o nome de Jesus, esta Claudina ficou esquecida na escuridão dos documentos e no silêncio da memória, tal como ficaram as mulheres da Revolução de 42. Mas não assim sua condição feminina da qual já existe uma farta historiografia nos campos das Relações de Gênero, Família, História das Mulheres e da Vida Privada.

De seu filho mais novo deverá ser dito que, em 1859, após sua formatura na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passou a exercer a profissão em Bagagem, hoje Estrela do Sul, então importante centro diamantífero nas Minas Gerais. Em 1862 o Dr. Eduardo casou-se com Brazilina Gonçalves Barbosa, filha de

²⁰ Atas da Câmara Municipal. Livro nº 1, 1833. In: MONTANDON, R. M. S. de, op.cit., p. 74-93.

Antônio Gonçalves Boaventura e Albina Ribeiro Carolina de Jesus. Pela linha materna, Brazilina era neta de Quitéria Maria Borges e do coronel Silvestre Ribeiro Barbosa, membros de uma tradicional família da região e integrantes da oligarquia rural no distrito de São Francisco das Chagas do Campo Grande, hoje Serra do Salitre MG.²¹

Como padrinhos de casamento, e selando antigas alianças, por parte dela assinou seu avô, o coronel Silvestre Ribeiro Barbosa, e por parte dele, o coronel Fortunato José da Silva Botelho.²² Já se tinham passado vinte anos desde que Silvestre e seu filho Silvano Ribeiro Barbosa tinham conduzido os rebeldes do distrito de São Francisco das Chagas do Campo Grande, e se juntado ao “grupo da Mandioca”, liderado por Fortunato. O nome fazia alusão ao da fazenda onde ele e seus irmãos tinham seu quartel geral. Juntos tinham liderado os rebeldes dos diversos distritos do município, e protagonizado o episódio local da Revolução de 1842, aquele presenciado por Eduardo quando criança.

Sendo mulher, vinte anos mais nova, e certamente ofuscada pela projeção do marido, Brazilina também aparece pouco nas memórias familiares. Ainda que figura apagada, mas ao contrário de sua sogra a quem não conheceu, tinha uma origem legítima e um pé na aristocracia rural, como irmã de um barão, título supostamente herdado depois por um dos seus filhos.²³ Legítima também foi sua descendência de 16 filhos, entre vivos e mortos; nascidos, batizados e criados dentro das sagradas leis da Igreja. Era lembrada na família por uma história divertida, supostamente ocorrida quando acompanhou o marido até a corte do Rio de Janeiro onde ele seria empossado presidente da Província de Goiás, cargo que perdeu após seis meses, quando foi proclamada a República.

²¹ MONTANDON, R. M. S. de, op. cit., nota 130, p. 70.

²² Arquivo Paroquial de Carmo do Parnahíba.

²³ Manoel Joaquim Cabral de Mello, barão de São Francisco das Chagas do Campo Grande. O título teria sido herdado pelo seu genro e sobrinho Joaquim Augusto Montandon, casado com sua filha Donância. O “suposto” antecedendo o verbo herdar deve-se a que, ao que consta, esses títulos não eram hereditários.

De acordo com essa história, não se reconhecendo nas elegantes vestes que portavam para tal evento, ao ver-se refletidos num dos espelhos do Paço Imperial, Brazilina teria encenado para si e seu marido as medidas tantas vezes ensaiadas para cumprir o casal imperial. Era, de certo, uma história engraçada, contada e repetida nos serões familiares para divertir filhos e netos que deviam rir às custas de sua ignorância e simplicidade provinciana. A limitada educação que recebiam as mulheres, numa época em que se reservava a formação universitária unicamente aos homens, sem dúvida as colocava em desvantagem, contribuindo ainda mais para abrihantiar a imagem e a “plumagem” dos maridos.

Fiel a essa consigna, e entre os incontáveis méritos atribuídos na família ao Dr. Eduardo, esteve seu empenho em proporcionar formação superior a todos seus filhos homens, que atuaram nos campos do ensino, da medicina, do direito, da farmácia, e da política. Entretanto, não negligenciou a educação das filhas, todas devidamente “treinadas” nas artes e deveres domésticos, em internatos e colégios de freiras.²⁴ Outra das histórias familiares conta que as moças teriam conhecido a princesa Isabel durante uma de suas visitas ao colégio onde estudavam, quem teria feito questão de cumprimentá-las ao saber de quem eram filhas.

Política Local e Separatismo Regional

Entretanto, ainda que tentadora, não é esta a ocasião para se fazer uma biografia, tarefa complexa pela extensão e densidade requerida em trabalhos dessa natureza. O objetivo se limita à apresentação de uma pequena amostragem de apontamentos que

²⁴ “Mariquinha” – Maria Augusta Montandon – , por exemplo, tocava violino num “Guarnieri” fabricado em Cremona em 1734. Sua filha a Prof^a Leonilda Scarpellini Montandon o doou à Paróquia de São Domingos, que por sua vez o repassou ao Museu Histórico de Araxá Dona Beja. Se confirmada sua autenticidade, seria uma das peças mais valiosas do acervo. Por seu lado, Ana Augusta Montandon foi uma “exímia bordadeira”, segundo consta em ficha do arquivo fotográfico da Fundação Cultural Calmon Barreto.

possam conduzir a sua futura realização. Daí que seja preciso passar para um outro recorte temático, não explicitamente mencionado no documento, mas relacionado aos fatos relatados pelo seu autor. Tal recorte é constituído pelo cenário político local, sua polarização até meados do século XX, e o imaginário social construído a respeito, cujas seqüelas ainda são sentidas pela população.

Tal polarização teria se iniciado com o confronto entre “ximangos” e “caramurus”, nomes respectivos com que eram conhecidos popularmente os liberais rebeldes, e os conservadores legalistas daquela Revolução de 1842. Nas primeiras décadas do século XX, o imaginário local tinha transformado ambos grupos em “partido de baixo” e “partido de cima”, em alusão aos locais onde se situavam as casas de seus líderes, respectivamente, “os coronéis” Fortunato José da Silva Botelho e Mariano Joaquim de Ávila, segundo é registrado na versão historiográfica de 1914.

Nas décadas posteriores, até finais de 1940, tal confronto transferiu-se para “Jacquistas” e “Ferreiristas”, termos derivados dos nomes de João Jacques Henri Montandon e José Adolfo de Aguiar, líderes dos dois grupos em confronto que seguiam polarizando a política local, fraturando a união da “grande família” que constituía a sociedade de Araxá.

Entretanto, não eram esses os únicos problemas nem exclusivos de Araxá. Situação semelhante era partilhada pela maioria dos municípios que se encontravam em colapso desde finais do Império, gerando uma crescente insatisfação popular. Localmente, se faziam sentir numa “crise financeira que esmagava e oprimia povo”, segundo se denunciava no jornal do Dr. Eduardo, onde também se denunciava a *incúria* da administração municipal em relação ao principal patrimônio da cidade: as fontes de águas minerais do Barreiro, berço e origem da cidade.²⁵

Eram esses alguns dos argumentos esgrimidos pela oposição, ao tempo em que Araxá se encontrava, precisamente, prestes a perder as fontes para o governo do Estado. A transferência

²⁵ MONTANDON, R. M. de, op. cit., p. 67-74.

de tais fontes para o controle do Estado era vista pela situação como a única medida viável, para acabar de vez com os antigos e infundáveis litígios que corriam na justiça em torno de sua posse, e da dos terrenos adjacentes. Foram esses alguns daqueles “momentos difíceis” a que já se fez alusão anteriormente.

O destino final das fontes também era visto pela oposição como outra das conseqüências da “política esquálida” que vigorava em Araxá, e que estaria comprometendo o futuro e a representatividade do município, cujo território ficava cada vez mais reduzido com a emancipação política de seus distritos. A continuidade dos coronéis no poder era considerada o principal “elemento desorganizador do (...) progresso”, já que polarizava a disputa entre aqueles dois segmentos da elite que se enfrentavam para consegui-lo.

Os “Jacquistas” eram constituídos por elementos provenientes dos setores médios da sociedade, em geral profissionais liberais ou “letrados”, pretensamente progressistas e modernos; presumidos agentes da “civilização” num mundo dominado pelos coronéis. Uma classe média integrada por descendentes dos setores empobrecidos daquela oligarquia rural, que se não totalmente decadentes, tinham perdido paulatinamente, junto com a terra, o poder que ela conferia.

Os “Ferreiristas” eram os “coronéis”; membros dos setores ainda ativos daquela oligarquia latifundiária que, no entanto, também alinhavam em suas fileiras a seus letrados; jovens profissionais cooptados por meio de casamentos e alianças familiares, logo que chegavam à cidade.²⁶

No âmbito local e regional, ambos grupos encenavam o grande debate nacional em torno dos caminhos a seguir e dos obstáculos a vencer rumo à modernidade. Protagonizavam localmente a dialética da “civilização” versus “barbárie” tão em voga naquele momento na América Latina, como as forças que pugnavam ou se opunham ao progresso e à modernidade.

²⁶ MONTANDON, R. M. S. de., op. cit., p. 67-74.

Entretanto, um outro tema de pesquisa nas perspectivas regionais e locais, altamente pertinente e atual, surge relacionado novamente com a Revolução de 1842, e as já mencionadas supostas pretensões republicanas e separatistas do coronel Fortunato: o fortalecimento da identidade regional, subjacente ao movimento separatista do Triângulo Mineiro, iniciado no século XIX, mas cujos “surto” recorrentes têm ocorrido ao longo do século XX, o último deles durante a reforma constitucional de 1988.

O movimento tem como objetivo a criação de um novo estado, desmembrando do Estado de Minas Gerais, a região conhecida como “Triângulo Mineiro”. Desde seu início, o “Correio de Araxá” já deixava patentes suas simpatias pelo movimento, apontando para o governo do estado como o grande responsável, em função do descaso para com os assuntos da região, uma das mais ricas de Minas Gerais, e para a qual somente se voltava em busca de impostos e benefícios.

Os separatistas se apoiavam nesses argumentos para justificar a criação do Estado do Triângulo dentro dos limites do antigo Sertão da Farinha Podre, rica região pecuarista cujo formato triangular lhe é conferido pela confluência dos rios Grande e Paranaíba. Aquela mesma região que a meados do século XVIII tinha sido desmembrada da capitania de Minas Gerais e incorporada à de Goiás, e cuja devolução à primeira era atribuída à intervenção de Dona Beja. Era esse o fato cujo centenário seria comemorado, em 1916, com uma “Magna Exposição” regional, agropecuária e industrial.

Um dos articulistas do Correio de Araxá defendia o “direito histórico” da cidade de sediar o evento, por ser dali a jovem que com seu “sacrifício” teria possibilitado a reparação daquela injustiça cometida no passado. O mesmo direito que era invocado para expor o modelo que deveria ter tal exposição.

Em sua opinião, cada município participante deveria dar a seu “stand” o formato do seu mapa territorial, ornamentado-o com espécimes da fauna e da flora nativas, de maneira que cada um pudesse manter sua identidade naquele evento tão representativo do Triângulo Mineiro. Ao centro, previa-se a construção de um

torreão desde onde o visitante pudesse admirar o campo de exposições com o mapa de sua região, cuja visão faria (...) *vibrar as fibras mais sensíveis do patriotismo, em um brado íntimo e talvez altivo, dizendo: Bello! Viva o Triângulo Mineiro!...*²⁷

A Maneira de Conclusão

É evidente que o potencial de pesquisa gerado pela leitura de um documento, como o “caderninho” de memórias do Dr. Eduardo, não depende somente da informação explícita fornecida por ele. Como já se disse anteriormente, ela irá depender, também, da criatividade e preparo do historiador, para quem o documento poderá funcionar como “detonador” de uma explosão temática, serial e encadeada.

Mas a idéia gira, precisamente, em torno da verificação desse preparo, do estímulo dessa criatividade, e da exploração desse potencial, a partir de um documento, aparentemente despretenso, cujo alto ou baixo teor valorativo e utilitário não lhe é inerente. Ele é determinado pela qualidade da leitura de que é objeto, de onde derivaram a validade e a variedade de seus recortes temáticos, de acordo com as competências metodológicas e o embasamento teórico e historiográfico de quem o lê.

Por isso, encerrando o exercício, mas continuando a prática, só resta dizer que como “dever de casa”, tem dado resultados alentadores o incentivo aos alunos pela procura de cópias e originais de documentos ou objetos de acervos familiares ou públicos, aos quais possam ter acesso, para serem submetidos a uma análise segundo a proposta metodológica apresentada. Mesma prática que visa reforçar sua confiança no potencial das perspectivas micro-históricas da História Regional e Local, onde possam encontrar temas para suas futuras pesquisas.

²⁷ MONTANDON, R. M. S. de, op. cit., p. 84.

Os resultados têm ido além das surpresas e revelações iniciais, introduzindo a História no universo íntimo e individual de suas vidas, vividas no dia a dia, e através da recuperação da memória de experiências passadas, cotidianas e familiares.

Fontes

- Acervo particular de César Augusto Montandon. Araxá, MG, Brasil.
- Arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto. Araxá, MG.
- “Coleção Augusto Eduardo Montandon” (Arquivos do Cartório do 1º Ofício de Notas) Araxá, MG.
- “Coleção Joaquim de Paula Machado”, (Arquivos do antigo Cartório do 2º Ofício de Notas) Araxá, MG.